

# **Mercadoria e valor: algumas reflexões em torno do primeiro capítulo de *O Capital* de Karl Marx**

**João Vasco Fagundes**

## 1. Uma carta. Um prefácio

Após o esmagamento da Comuna de Paris, o editor e banqueiro francês Maurice La Châtre exila-se em San Sebastián. Próximo, desde os anos 40 do século XIX, dos círculos afectos a Saint-Simon, a Louis Blanc e a Pierre-Joseph Proudhon, é na cidade cantábrica que ele se encontra no ano de 1872, ao abrigo da repressão e dos inúmeros processos judiciais que lhe são movidos enquanto editor de Eugène Sue e de enciclopédias de cunho anti-clerical da sua própria autoria. Nessas circunstâncias, projecta então publicar a tradução francesa do Livro Primeiro de *Das Kapital. Kritik der politischen Ökonomie*, de Karl Marx, em fascículos periódicos.

No dia 18 de Março de 1872, Marx escreve de Londres ao «cidadão» (*citoyen*) La Châtre a aplaudir a ideia. A solução proposta pelo editor tem o mérito, segundo Marx, de tornar a obra mais acessível a um público operário, e essa consideração «sobrepõe qualquer outra».

A medalha tinha, porém, um reverso. «O método de análise que empreguei, e que ainda não havia sido aplicado aos assuntos económicos – adverte Karl Marx –, torna bastante árdua a leitura dos primeiros capítulos». Uma vez que o público francês é conhecido pela pressa de concluir, de apreender a ligação «dos princípios gerais com as questões imediatas que o apaixonam», é de recear que o seu ânimo de leitura esmoreça por não «poder logo passar adiante».

No entanto... «É essa uma desvantagem – acrescenta Marx – contra a qual nada posso senão prevenir e premunir os leitores preocupados com a verdade. Não há estrada real para a ciência e só têm possibilidade de chegar aos seus cumes luminosos aqueles que não temem fatigar-se a escalar as suas veredas escarpadas.»<sup>1</sup>.

A missiva de Marx a Maurice La Châtre acabaria por servir de prefácio à edição francesa de *Das Kapital*.

Cinco anos antes, no Prefácio à primeira edição alemã da obra, logo na abertura e em toada hegeliana, Marx já havia afirmado que «todo o começo é difícil – isto vale em qualquer ciência». Assim sendo, «a compreensão do primeiro capítulo, nomeadamente da secção que contém a análise da mercadoria, constituirá, portanto, a

---

<sup>1</sup> Karl Marx, *Brief an Maurice La Châtre in San Sebastian, 18 März 1872*, II, *Marx Engels Werke*, Berlin, Dietz Verlag (doravante: MEW), 1976, vol. 33, p. 434. Fac-símile da carta em francês e tradução portuguesa em Karl Marx, *O Capital. Crítica da Economia Política*, Livro Primeiro (1867), trad. José Barata-Moura et al., ed. José Barata-Moura e Francisco Melo, Moscovo-Lisboa, Edições Progresso-Editorial «Avante!» (doravante: *O Capital. Crítica da Economia Política*, Livro Primeiro), 1990, tomo I, respectivamente, pp. 23 e 25.

maior dificuldade». E mais à frente, tal como também faria na carta a Maurice La Châtre, Marx deixa bem marcado, em concomitância, o perfil de leitor requerido para entrar nos conteúdos de *O Capital*: «suponho, naturalmente, leitores que querem aprender algo de novo e que, portanto, também querem pensar por si.»<sup>2</sup>.

No rápido condensado oferecido pela articulação destes elementos, destacam-se desde logo, reiterados pelo próprio autor, o carácter científico de *O Capital* e a dificuldade de que se reveste o primeiro capítulo da obra.

Detenhamo-nos, pois, sobre estes dois aspectos.

## 2. A metodologia científica e o primeiro capítulo de *O Capital*

Como obra de ciência, *O Capital* é, não uma «estrada real» – ou uma auto-estrada dos nossos dias, se preferirmos –, mas um relevo acidentado marcado por «veredas escarpadas». Na raiz, mais do que razões de natureza *epistemológica* (que, no entanto, também existem), são motivos de ordem *ontológica* que aqui pesam decisivamente.

É o vínculo material de *O Capital*, a dinâmica objectiva nele reflectida, que explicam as suas escarpaduras. Dando conta das dificuldades na penetração da obra, a Wilhelm Liebknecht não escapou a ligação estreita entre o *estilo* e o *material*: «O estilo de *O Capital* é evidentemente difícil de compreender, mas então é a matéria tratada fácil de compreender? O estilo não é só o homem, é também o material, ele tem de ser adaptado ao material.»<sup>3</sup>.

Com efeito, para Marx, a realidade objectiva não se esgota nas suas figuras fenoménicas, aparentemente petrificadas e bastando-se a si mesmas. Ela engloba relações e processos historicamente fundados, integrando no seu âmago a diferença e a contradição.

---

<sup>2</sup> Karl Marx, *O Capital. Crítica da Economia Política*, Livro Primeiro, Prefácio à primeira edição, tomo I, p. 5.

<sup>3</sup> «The style of Capital is admittedly difficult to understand, but then, is the subject treated easy to understand? Style is not only the man, it is also the material, it must be adapted to the material.», Wilhelm Liebknecht, «Reminiscences of Marx» (1896), 4, AAVV, *Marx and Engels Through the Eyes of Their Contemporaries*, Moscow, Progress Publishers, 1982, p. 72.

Assim, a não-coincidência imediata de fenómeno e essência; a conexão marcada pela alteridade que entre ambos se verifica; a relação assimétrica que entre os dois tem lugar quanto ao poder fundo de modelação da realidade – são para Marx o suposto *ontológico* da *necessidade* da ciência. No fundo, «toda a ciência seria supérflua se a forma de aparecimento e a essência das coisas imediatamente coincidissem.»<sup>4</sup>.

E se, por um lado, a *diferença* entre fenómeno e essência está na base da *necessidade* da ciência, por outro lado, é a *unidade* dessa diferença que se configura como a *possibilidade* da ciência.

Na verdade, a sofisticação da ciência e a inadequação face ao «evidente» que sempre patenteia não se ficam a dever a uma sua presumível sintonização num qualquer comprimento de onda transcendental. O empreendimento científico, nomeadamente no seu desígnio de investigar e de desvelar a essência de que o fenómeno é momento e manifestação, tem antes como raiz a estrutura complexa da *própria realidade*.

É somente sobre esta base, e em acção combinada com ela, que a dimensão epistemológica desempenha o seu verdadeiro papel, isto é, que tem também lugar uma necessária crítica dos quadros teóricos, passados e vigentes, utilizados pelas ciências. No caso específico de *O Capital* – utilizados pela Economia Política, que, nas suas diversas fases de desenvolvimento histórico-científico, acompanhadas de limitações objectivas e subjectivas de vária ordem, se encarregou de ir desvelando (e, simultaneamente, velando) diferentes traços e desdobramentos do modo capitalista de produção.

Por maior que possa ser a tentação de autonomizar a função desta importante e insubstituível dimensão epistemológica, a verdade é que ela só ganha real significado em articulação com a ontologia e, o que não é de somenos, sob o seu primado. Esse vínculo só pode, aliás, ser quebrado à custa de alguma descaracterização do problema. Não é difícil, com efeito, reconhecer que o enriquecimento teórico e o progresso científico que se verifica na Economia Política entre, por exemplo, François Quesnay e David Ricardo têm na sua base um desenvolvimento histórico e uma complexificação da própria dinâmica de funcionamento do capitalismo.

O título completo da obra principal de Marx, *O Capital. Crítica da Economia Política*, sintetiza, em suma, a dupla tarefa que trabalha a unidade da obra: descobrir as

---

<sup>4</sup> «[...] alle Wissenschaft wäre überflüssig, wenn die Erscheinungsform und das Wesen der Dinge unmittelbar zusammenfielen [...]», Karl Marx, *Das Kapital. Kritik der politischen Ökonomie*, Dritter Band, III, 7, 48, III, Berlin, Dietz Verlag, 1978, p. 825.

legalidades, as dinâmicas e as tendencialidades do modo de produção capitalista e, concorrendo em simultâneo para esse objectivo, analisar a ciência que lhe foi dando expressão teórica. Inclusivamente, é o vasto conjunto de textos da autoria de Marx nos quais é fornecida uma «pormenorizada história crítica do ponto nuclear da economia política, a teoria da mais-valia [...]»<sup>5</sup>, reunido sob o título de *Theorien über den Mehrwert, Teorias sobre a Mais-Valia*, que Engels, em 1885, no prefácio à primeira edição alemã do Livro Segundo de *Das Kapital*, anuncia ser sua intenção publicar futuramente na qualidade de Livro Quarto da obra<sup>6</sup>.

Aqui chegados, podemos passar ao ponto referente ao primeiro capítulo da obra, cujas ligações ao tema da ciência – ao qual ainda voltaremos – procuraremos assinalar.

Quando Marx diz que a compreensão do primeiro capítulo de *O Capital* constitui a maior dificuldade com que o leitor se debate, há nessa afirmação dois patamares que podem prontamente ser identificados: a árvore e a floresta, ou seja, o primeiro capítulo tomado em si, por um lado, e a sua função na arquitectura da obra, por outro.

Uma vez que mais à frente trataremos autonomamente da mercadoria e da teoria do valor – do primeiro capítulo de *O Capital*, portanto –, centrar-nos-emos agora na perspectivação desse capítulo à luz da estrutura da obra.

*Das Kapital* abre com a análise da mercadoria<sup>7</sup> não porque Marx considere que a *essência* (*Wesen*) do modo de produção capitalista seja a mercadorização de todos os patamares da existência, mas porque é assim que ele *aparece*, porque é dessa forma, como um «imenso acúmulo de mercadorias»<sup>8</sup>, que ele se impõe na imediatez do

---

<sup>5</sup> Friedrich Engels, «Prefácio», Karl Marx, *O Capital, Crítica da Economia Política*, Livro Segundo (1885), trad. José Barata-Moura, ed. José Barata-Moura e Francisco Melo, Lisboa, Editorial «Avante!», (doravante: *O Capital. Crítica da Economia Política*, Livro Segundo), 2009, tomo IV, p. 8.

<sup>6</sup> Cf. Friedrich Engels, «Prefácio», *O Capital. Crítica da Economia Política*, Livro Segundo, tomo IV, p. 8. Cf. também Karl Marx, *Brief an Ferdinand Lassalle in Düsseldorf, 22 Februar 1858*, MEW, 1973, vol. 29, pp. 549-552, onde Marx já expressa a intenção de publicar uma história e uma crítica da economia política, assim como um breve apanhado histórico do desenvolvimento das categorias económicas.

<sup>7</sup> São estas as bem conhecidas palavras de abertura de *O Capital*: «A riqueza das sociedades nas quais domina o modo de produção capitalista aparece como um «imenso acúmulo de mercadorias», sendo a mercadoria singular a sua forma elementar. A nossa investigação começa, por isso, com a análise da mercadoria.», Karl Marx, *O Capital. Crítica da Economia Política*, Livro Primeiro, I, 1, 1, tomo I, p. 45. Enquanto David Ricardo inicia os seus *Princípios de Economia Política e de Tributação* directamente pelo valor, Marx não parte do valor como de um conceito sem ligação à realidade imediata; antes chega ao valor pela análise da mercadoria, onde ele está plasmado. Para uma comparação entre o método de Ricardo e o de Marx, cf. Alex Callinicos, *Deciphering Capital: Marx's Capital and its destiny*, 4, London, Bookmarks Publications, 2014, pp. 159-189.

<sup>8</sup> Cf. Karl Marx, *O Capital. Crítica da Economia Política*, Livro Primeiro, I, 1, 1, tomo I, p. 45.

viver quotidiano e das suas representações; por consequência, a exposição precisa de arrancar daí. De *arrancar* – e não de se *congelar*, como se essa instância esgotasse a realidade.

A produção de mercadorias é, de facto, uma *premissa* do capitalismo, já que nele não só essa produção é universal – e não apenas localizada e subordinada, à imagem do que acontecia em modos de produção arcaicos –, como a força de trabalho se tornou ela própria uma mercadoria (muito especial e de características únicas, uma vez que não se limita a transferir o seu valor para o produto, mas cria, ao mesmo tempo, um novo, adicional). No entanto, a *realidade efectiva* (*Wirklichkeit*) do capitalismo não coincide por completo com a produção de mercadorias, porque a transcende. A constatável expansão tendencial da mercadorização a todos os recantos da vida social acontece realmente no capitalismo, mas porque a mercadoria – essa «forma económica celular»<sup>9</sup> da sociedade contemporânea – contém já em si aquela contradição fundamental entre *valor de uso* e *valor* que a torna apta a constituir-se como o veículo onde a mais-valia produzida e depositada é transportada e realizada, essa sim a verdadeira finalidade que impulsiona e faz mover o sistema. Como assinala Marx: «A produção capitalista não é apenas produção de mercadorias, ela é essencialmente produção de mais-valia.»<sup>10</sup>

Entretanto, arrancando da mercadoria como elemento menos desenvolvido – o *ser* (*Sein*) hegeliano – de um todo, para Marx não se trata de chegar à essência (a mais-valia) para a partir dela deduzir formalmente toda a realidade social sem necessidade de continuar a investigação.

Trata-se de, a partir daí, elevar o pensamento a maiores níveis de concreção, recompondo racionalmente o movimento ontológico que articula o nível do *ser* (*Sein*) e da *essência* (*Wesen*) – ou seja, da mercadoria e da mais-valia, respectivamente – com o do *fenómeno* (*Erscheinung*), o mundo da circulação, e com o da *realidade efectiva* (*Wirklichkeit*), o processo total da produção capitalista, onde se inclui a política, o

---

<sup>9</sup> Cf. Karl Marx, *O Capital. Crítica da Economia Política*, Livro Primeiro, Prefácio à primeira edição, tomo I, p. 6.

<sup>10</sup> Karl Marx, *O Capital. Crítica da Economia Política*, Livro Primeiro, V, 14, tomo II, p. 578.

O texto continua deste modo: «O operário já não produz para si, mas para o capital. De modo que já não basta que ele, pura e simplesmente, produza. Ele tem de produzir mais-valia. Só é produtivo o operário que produz mais-valia para o capitalista ou que serve para a auto-valorização do capital.», Karl Marx, *O Capital. Crítica da Economia Política*, Livro Primeiro, V, 14, tomo II, p. 578. Assim sendo: «O conceito de operário produtivo não inclui, por isso, de modo algum meramente uma relação entre actividade e efeito útil, entre operário e produto de trabalho, mas também uma relação de produção especificamente social, surgida historicamente, que cunha o operário em meio imediato de valorização do capital.», Karl Marx, *O Capital, Crítica da Economia Política*, Livro Primeiro, V, 14, tomo II, p. 578.

Estado, o comércio internacional, etc.. De alguma maneira, podemos até encontrar tradução para esse movimento na própria divisão de *O Capital* em três livros, consagrado o Primeiro ao processo de produção do capital (ser e essência), o Segundo ao processo de circulação do capital (fenómeno) e o Terceiro ao processo total da produção capitalista (realidade efectiva). O Quarto destinar-se-ia à história e à crítica das teorias da mais-valia.

Trata-se, em resumo, não de atribuir à mais-valia um estatuto de princípio lógico abstracto, mas de mostrar e de conceber o *desdobramento concreto* de uma *totalidade* em aberto da qual ela constitui a relação essencial<sup>11</sup>. Em reforço desta perspectiva, não deve deixar de ser lembrado que o plano de organização que Marx tinha esboçado em 1857 para a sua crítica da economia política era ainda mais amplo, contando mesmo com seis livros: «1. Do capital [...]; 2. Da propriedade da terra; 3. Do trabalho assalariado; 4. Do Estado; 5. Comércio internacional; 6. Mercado mundial»<sup>12</sup>.

Estamos, portanto, perante um movimento de ascensão do abstracto ao concreto, cuja dinâmica nos oferece um esclarecimento suplementar relativamente ao primeiro capítulo de *Das Kapital* e à teoria do valor.

Para que não sobrevenham equívocos nesta questão, é importante aclarar, ainda que de forma muito abreviada, o significado marxiano dos conceitos «abstracto» e «concreto».

Tal como em Hegel, «abstracto» é utilizado por Marx não na acepção de «vago», ou «genérico», mas no sentido de um tomar em consideração apenas uma ou

---

<sup>11</sup> De facto, a mais-valia não é uma coisa, mas uma relação social, produto de um multiforme e prolongado processo histórico. Para um acompanhamento da «chamada acumulação original», onde este processo é *histórica e logicamente* analisado, cf. Karl Marx, *O Capital. Crítica da Economia Política*, Livro Primeiro, VII, 24, tomo III, pp. 807-862, particularmente, 1, pp. 807-810. No que diz respeito a este ponto, convém ainda ter presente que para Marx também o capital não é uma coisa, nem se deixa reduzir, ou reconduzir, a qualquer uma das suas partes componentes: variável e constante. Tecnicamente, «o capital não é uma coisa, mas uma relação social entre pessoas mediada por coisas». Karl Marx, *O Capital. Crítica da Economia Política*, Livro Primeiro, VII, 25, tomo III, p. 864. Marx desenvolvera esta perspectiva já em *Trabalho Assalariado e Capital*, redigido em 1849 a partir de notas de 1847: «Um negro é um negro. Só em determinadas relações é que se torna escravo. Uma máquina de fiar algodão é uma máquina de fiar algodão. Apenas em determinadas relações ela se torna *capital*. Arrancada a estas relações, ela é tão pouco capital como o ouro em si e para si é *dinheiro*, ou como o açúcar é o preço do açúcar». Por conseguinte: «[...] o *capital* é uma relação social de produção. É uma relação burguesa de produção, uma relação de produção da sociedade burguesa.», Karl Marx, *Trabalho Assalariado e Capital*, trad. José Barata-Moura e Álvaro Pina, *Obras Escolhidas em Três Tomos*, Lisboa-Moscovo, Editorial “Avante!”-Edições Progresso (doravante: OE), 1982, tomo 1, respectivamente, pp. 161 e 162.

<sup>12</sup> «1. Vom Kapital [...]. 2. Vom Grundeigentum. 3. Von der LohnArbeit. 4. Vom Staat. 5. Internationaler Handel. 6. Weltmarkt.», Karl Marx, *Brief an Ferdinand Lassalle in Düsseldorf, 22 Februar 1858*, MEW, vol. 29, p. 551.

algumas determinações de uma totalidade em processo de desenvolvimento. Epistemologicamente, essa operação é realizada no marco da análise.

Mais uma vez tal como em Hegel, «concreto» significa para Marx não o «particular», o «palpável», ou o «empírico», mas um ente ou um processo tomados no conjunto das suas determinações e relações. No plano epistemológico, é no âmbito da síntese que se alcança, intelectivamente, a recomposição concreta do concreto real. Ou, nas palavras de Marx, que se reproduz o concreto materialmente objectivo como «concreto espiritual».

Este movimento epistemológico de ascensão do abstracto ao concreto é resultado do pensar. No entanto, não nos encontramos aqui – é oportuno sublinhá-lo, dada a ontologia em que Marx se apoia – perante uma instauração material do próprio concreto na sua subsistência ontológica; antes pelo contrário: é este que é condição, ponto de partida real e medida permanente do movimento do abstracto ao concreto.

No contexto de uma análise lógico-histórica do «método da economia política», encontra-se, na «Introdução» aos *Manuscritos Económicos de 1857-1858*, os famosos *Grundrissen*, uma indicação fundamental de Marx sobre o problema:

«O concreto é concreto, porque é a reunião de muitas determinações, portanto, unidade do diverso. No pensar, aparece, pois, como processo da reunião, como resultado, não como ponto de partida, se bem que ele é o ponto de partida real e, portanto, também o ponto de partida da intuição e da representação. [...] o método de subir do abstracto ao concreto é, para o pensar, apenas a maneira de se apropriar do concreto, de o reproduzir como um concreto espiritual. Mas de modo nenhum é o processo de génese do próprio concreto.»<sup>13</sup>.

A articulação onto-epistemológica é manifesta.

De resto, a forma do «todo artístico» (*artistisches Ganzes*)<sup>14</sup> que Marx, em 1865, identificava nos seus trabalhos – e que podemos, por maioria de razão, estender a *O Capital* – referia-se à capacidade de traduzir o real na sua totalidade e concreção constitutivas, e não a uma arquitectónica fechada sobre si mesma.

---

<sup>13</sup> «Das Concrete ist concret weil es die Zusammenfassung vieler Bestimmungen ist, also Einheit des Mannigfaltigen. Im Denken erscheint es daher als Prozeß der Zusammenfassung, als Resultat, nicht als Ausgangspunkt, obgleich es der wirkliche Ausgangspunkt und daher auch der Ausgangspunkt der Anschauung und der Vorstellung ist. [...] die Methode vom Abstrakten zum Concreten aufzusteigen, nur die Art für das Denken ist sich das Concrete anzueigen, es als ein geistig Concretes zu reproduciren. Keineswegs aber der Entstehungsprocess des Concreten selbst.», Karl Marx, *Ökonomische Manuskripte 1857/58*, Einleitung zu den «Grundrissen der Kritik der politischen Ökonomie», I, 3, MEGA<sup>2</sup>, vol.II/1.1, p. 36.

<sup>14</sup> Cf. Karl Marx, *Brief an Engels in Manchester, 31 Juli 1865*, MEW, vol. 31, p. 132.



*Das Kapital*, enquanto todo orgânico, mostra – na sua concatenação categorial – o movimento de outra totalidade concreta, ontologicamente fundante: o modo capitalista de produção. As categorias dispostas na obra expressam, por isso, modos de ser dessa totalidade; não são condomínios epistemológicos fechados.

Subir da mercadoria e do valor às relações internacionais, do ser à efectividade, do abstracto ao concreto, não é como passar de um mundo a outro, nem como, quando se chega ao cimo, atirar fora a escada por onde se subiu. Porque a realidade, na sua unidade, é altamente mediada e multiforme, e porque não se oferece ao conhecimento numa intuição pronta e repentina, é a maneira de conceber racionalmente a própria efectividade, integrando e articulando num conjunto organizado de relações os modos de ser do capitalismo que na exposição se foram determinando.

Integrar e articular – porque os níveis do ser e da essência, por exemplo, não estão ausentes (mas subsumidos de formas diferentes) dos desdobramentos e complexificações que o sistema vai desenvolvendo, nos quais actua, sem dúvida, lógicas com um certo grau de autonomia e os quais precisam de ser conhecidos na sua especificidade.

A renda, o lucro e o juro não são realidades auto-subsistentes, mas partições e mudanças de forma da mais-valia. O capital financeiro e os circuitos que vai densificando, por mais que se movimentem num universo próprio de especulação e se afastem da transformação de capital-dinheiro em capital produtivo, não deixam de estar primordialmente interessados na produção e de bombear dela doses maciças de mais-valia sob formas cada vez mais diversas e com maior grau de sofisticação. Mesmo com a criação de instrumentos de planeamento, ou de lógicas como o «just in time» e a «lean production», a lei do valor e os seus mecanismos não deixam de presidir à produção dos chamados bens «imateriais», nem à oscilação permanente entre a retirada e a alocação de capitais em cada ramo determinado de investimento. O controlo da inflação através da gestão de uma taxa de juro de referência tem igualmente como pressuposto o papel regulador da lei do valor e visa intervir no seu âmbito.

Juntando todos os pontos deste percurso, voltemos então à ciência, como prometêramos, de modo a tornar um pouco mais nítida a função do primeiro capítulo de *O Capital* no conjunto da obra.

Acerca do motivo das dificuldades desse primeiro capítulo, diz Marx:

«o corpo [já] formado é mais fácil de estudar do que a célula do corpo. Além disso, na análise das formas económicas não podem servir nem o microscópio nem os reagentes químicos. A força da abstracção tem de os substituir a ambos. Para a sociedade burguesa, [...] a forma-mercadoria do produto de trabalho ou a forma-valor da mercadoria é a forma económica celular.»<sup>15</sup>

A *abstracção* precisa pois de destacar e de *analisar* a relação mais simples e mais elementar que no quadro de um todo se desenvolve, sendo que a principal dificuldade está exactamente em que a forma-valor – a célula do corpo e não o corpo formado – é pouco repleta de conteúdo.

Mas sem este movimento de abstracção, sem esta análise do mais simples, do mais elementar, do mais “abstracto”, a dinâmica concreta do sistema económico contemporâneo – incluindo a sua essência, a mais-valia – não poderia ser racionalmente apreendida e compreendida.

No primeiro capítulo de *O Capital*, a análise da forma-mercadoria revela a contradição viva que nela habita entre valor de uso e valor (escondido, por sua vez, por trás da sua expressão fenoménica, o valor de troca), contradição cujo desenvolvimento concreto forma a base e o enquadramento da sociedade capitalista.

Para finalizar, é importante chamar a atenção para um tema que, a este respeito, terá alguma relevância: a relação entre o lógico e o histórico.

Em *Das Kapital*, o lógico não segue ponto por ponto o histórico, nem tem como objectivo fundamental expor a sequência do movimento histórico, expurgado dos seus ziguezagues e bifurcações<sup>16</sup>. Partir da análise da mercadoria e percorrer a sequência *valor, troca simples, dinheiro, capital*, não tem por intenção, em Marx, expor e acompanhar o curso histórico de génese e formação do capitalismo, mas, no plano lógico, destacar de uma totalidade concreta historicamente já formada (sem deixar de

---

<sup>15</sup> Karl Marx, *O Capital. Crítica da Economia Política*, Livro Primeiro, Prefácio à primeira edição, tomo I, p. 6.

Acrescente-se que a parafernália laboratorial, no caso da forma-valor, também de nada serviria porque «a objectividade de valor das mercadorias diferencia-se da Senhora Expedita pelo facto de não se saber por onde agarrá-la. De modo exactamente contrário à objectividade grosseira sensível dos corpos das mercadorias, nem um átomo de matéria natural entra na sua objectividade de valor. Pode-se, por isso, virar e tornar a virar como se quisesse uma mercadoria singular que ela continua a não ser concebível como coisa-valor.», Karl Marx, *O Capital. Crítica da Economia Política*, Livro Primeiro, I, 1, 3, tomo I, p. 59.

<sup>16</sup> Embora «o movimento do pensamento abstracto, que se eleva do mais simples ao mais complexo, corresponde nessa medida ao processo histórico real.»; «Insofern entspräche der Gang des abstrakten Denkens, das vom Einfachsten zum Combinirten aufsteigt dem wirklichen historischen Prozeß.», Karl Marx, *Ökonomische Manuskripte 1857/58*, Einleitung zu den «Grundrissen der Kritik der politischen Ökonomie», I, 3, MEGA<sup>2</sup>, vol.II/1.1, p. 38.

estar envolvida num contínuo processo de maturação e desenvolvimento) a sua forma mais simples e as suas desmultiplicações.

Nas palavras do próprio Marx:

«Seria portanto impossível e errado deixar as categorias económicas umas a seguir às outras pela ordem em que foram historicamente determinantes. A sua ordem é pelo contrário determinada pelas relações que existem entre elas na sociedade burguesa moderna e é precisamente contrária ao que parece ser a sua ordem natural ou ao que corresponde à sua ordem de sucessão no decurso da evolução histórica. [...] Trata-se da sua hierarquia no quadro da moderna sociedade burguesa.»<sup>17</sup>.

Por outro lado – atendida ainda outra problemática que não deixa de apresentar alguns nexos com os dois aspectos de *O Capital* de que nos temos ocupado –, na obra de Karl Marx, a ordem da exposição não é também um movimento de mostração da ordem da investigação. A primeira procura reproduzir a «vida do material» no seu «movimento real», depois de investigado e conhecido nas suas determinações e relações internas. Numa passagem em que se refere ao método empregado em *O Capital*, é essa distinção que Marx torna patente:

«Certamente que o modo de exposição se tem de distinguir formalmente do modo de investigação. A investigação tem de se apropriar do material em pormenor, de analisar as suas diversas formas de desenvolvimento e de seguir a pista do seu vínculo interno. Somente depois de completado este trabalho pode o movimento real ser exposto em conformidade. Se se consegue isto e se a vida do material se reflecte, então, idealmente [*ideel*], poderá parecer que se está perante uma construção *a priori*.»<sup>18</sup>.

Considerados estes aspectos, podemos passar à mercadoria e à teoria do valor.

---

<sup>17</sup> «Es wäre also unthubar und falsch, die ökonomischen Kategorien in der Folge auf einander folgen zu lassen, in der sie historisch die bestimmenden waren. Vielmehr ist ihre Reihenfolge bestimmt durch die Beziehung, die sie in der modernen bürgerlichen Gesellschaft auf einander haben, und die gerade das umgekehrte von dem ist, was als ihre naturgemässe erscheint oder der Reihe der historischen Entwicklung entspricht. [...] Sondern um ihre Gliederung innerhalb der modernen bürgerlichen Gesellschaft.», Karl Marx, *Ökonomische Manuskripte 1857/58*, Einleitung zu den «Grundrissen der Kritik der politischen Ökonomie», I, 3, MEGA<sup>2</sup>, vol.II/1.1, p. 42.

<sup>18</sup> Karl Marx, *O Capital. Crítica da Economia Política*, Livro Primeiro, Posfácio à segunda edição, 1873, tomo I, p. 21.

### 3. Mercadoria e valor

Em determinadas condições sociais, quando a troca e a divisão do trabalho estão instituídas, a mercadoria é a *forma* da riqueza social, a *forma social* dos produtos do trabalho. No âmbito de um dado conjunto de determinações históricas e sociais, emerge, na base da produção mercantil, a produção do capital como *relação social*. O capitalismo supõe, portanto, a produção de mercadorias, é um dos seus modos de ser, mas nem toda a produção mercantil é produção capitalista.

Assim, nos produtos do trabalho, abstraído o quadro social e as relações sociais em que tiveram origem, não se encontra qualquer vestígio de matéria mercantil. Um produto torna-se mercadoria não pelas qualidades naturais das suas matérias-primas, ou por um estatuto ontológico que possuísse logo à nascença, mas pelas relações sociais no interior das quais é produzido e que lhe atribuem essa forma social. O que explica – como bem notou, logo nos anos 20 do século XX, Isaak Rubin nos seus ensaios sobre a teoria marxiana do valor – que «um período de desenvolvimento mais ou menos extenso seja necessário antes de o novo tipo de relação de produção ser «reificado» ou «cristalizado» nas formas sociais que correspondem aos produtos do trabalho.»<sup>19</sup>.

Que a mercadoria é uma *forma* social, e não uma propriedade natural das coisas, é igualmente visível no âmbito do consumo, mesmo no seio das economias que assentam na produção mercantil. No mercado, compra-se um produto enquanto mercadoria; logo que sai do circuito de compra e venda (trate-se de um bem de consumo ou de um bem a usar na produção), perde por completo a sua *forma-mercadoria* e é consumido enquanto valor de uso.

A mercadoria é, pois, uma unidade de dois factores: valor de uso e valor.

A utilidade da mercadoria, o conjunto de qualidades que a tornam apta a satisfazer «necessidades humanas de qualquer espécie»<sup>20</sup>, constitui o seu valor de uso, que se realiza no consumo. Sobre tais necessidades, Marx adianta o seguinte: «A natureza dessas necessidades, quer surjam, p. ex., do estômago ou da fantasia, em nada

---

<sup>19</sup> «[...] une période de développement plus ou moins étendue soit nécessaire avant que le nouveau type de rapport de production soit «réifié» ou «cristalisé» dans les formes sociales qui correspondent aux produits du travail.», Isaak I. Roubine, *Essais sur la théorie de la valeur de Marx* (1928<sup>3</sup>), 3, Paris, Éditions Syllepse, 2009 (doravante: *Essais sur la théorie de la valeur de Marx*), p. 59.

<sup>20</sup> Cf. Karl Marx, *O Capital. Crítica da Economia Política*, Livro Primeiro, I, 1, 1, tomo I, p. 45.

modifica a questão.»<sup>21</sup>. A nosso ver, esta passagem é de extrema importância para o debate actual sobre a vigência da lei do valor e, assinalado aqui o tema, a ele voltaremos mais à frente.

Antes de tudo, a mercadoria é um valor de uso, ou seja, é algo que satisfaz necessidades sociais – sem o que não poderia ser uma mercadoria. A inversa, porém, não é verdadeira: nem todo o valor de uso é uma mercadoria.

Enquanto valor de uso, uma mercadoria distingue-se qualitativamente de outra. O valor de uso de uma expõe um trabalho concreto, particular, qualitativamente distinto do de outra mercadoria com um valor de uso diferente.

Entretanto, as mercadorias, ou directamente entre si, ou pela mediação de um equivalente geral, o dinheiro, trocam-se numa dada proporção.

A forma que expressa, e esconde, este factor é o *valor de troca* das mercadorias. Trata-se da forma fenoménica do *valor*, da maneira como o *valor* aparece. Com efeito, valor de troca e valor não são exactamente a mesma coisa: «o valor de troca, em geral, apenas pode ser o modo de expressão, a «forma fenoménica» [*Erscheinungsform*] de um conteúdo dele diferenciável.»<sup>22</sup>. É o valor que explica o valor de troca; não o contrário.

Não poderiam as mercadorias ser trocadas numa dada proporção, isto é, não poderiam ser quantitativamente comensuráveis, se não possuísem uma substância comum qualitativamente homogénea. Essa substância – que, na sua objectividade, não tem um «átomo de matéria natural»<sup>23</sup>, mas apenas social – é o valor. Note-se que os valores de uso, qualitativamente heterogéneos, são quantitativamente incomensuráveis.

Nas palavras do próprio Marx:

«Como valores de uso, as mercadorias são, antes de tudo, de diversa qualidade; como valores de troca apenas podem ser de diversa quantidade, não contendo, portanto, átomo algum de valor de uso.»<sup>24</sup>.

Ora, é «trabalho humano igual», «trabalho humano em abstracto», dispendido em cada trabalho particular, que forma o valor das mercadorias. O valor é, portanto,

---

<sup>21</sup> Cf. Karl Marx, *O Capital. Crítica da Economia Política*, Livro Primeiro, I, 1, 1, tomo I, p. 45.

<sup>22</sup> Cf. Karl Marx, *O Capital. Crítica da Economia Política*, Livro Primeiro, I, 1, 1, tomo I, p. 47.

<sup>23</sup> Cf. Karl Marx, *O Capital. Crítica da Economia Política*, Livro Primeiro, I, 1, 3, tomo I, p. 59.

<sup>24</sup> Karl Marx, *O Capital. Crítica da Economia Política*, Livro Primeiro, I, 1, 1, tomo I, p. 48.

uma «objectividade espectral, uma mera gelatina de trabalho humano indiferenciado»<sup>25</sup>. Os valores de troca são «um mais» ou «um menos» desta substância social, representam diferentes magnitudes dela, o que significa que as mercadorias se enfrentam na troca enquanto «cristais» dessa substância, enquanto valores, despidas, pois, do seu carácter de valores de uso com utilidades qualitativamente diversas.

Na realidade, há três determinações do valor que precisam de ser distinguidas: a *substância* do valor, que é o trabalho; a *magnitude* do valor, medida em tempo de trabalho médio *socialmente* necessário para a produção de cada mercadoria; e a *forma* do valor, que corresponde ao valor de troca das mercadorias.

Por outro lado, é preciso ter em consideração que o valor tem como portadores materiais os valores de uso. O valor de uso não implica o valor, mas o valor implica o valor de uso. Da mesma forma, o trabalho abstracto só existe no trabalho concreto. A contradição precisa de ser captada na sua unidade, sem o que se perde a inteligibilidade do processo.

Com efeito, trabalho concreto e trabalho abstracto são duas determinações do mesmo trabalho exposto na mercadoria; é no quadro do mesmo processo de produção que, de acordo com Marx,

«todo o trabalho é, por um lado, dispêndio de força de trabalho humana no sentido fisiológico, e nesta qualidade de trabalho humano em abstracto ele forma o valor das mercadorias. Todo o trabalho é, por outro lado, dispêndio de força de trabalho humana de uma forma particular e com um fim determinado, e nesta qualidade de trabalho útil concreto produz valores de uso.»<sup>26</sup>.

---

<sup>25</sup> Cf. Karl Marx, *O Capital. Crítica da Economia Política*, Livro Primeiro, I, 1, 1, tomo I, p. 49.

Terá porventura interesse registar, ainda que apenas de passagem, que também aqui Marx empreende um movimento de diferenciação que vai do fenómeno à essência, do valor de troca ao valor, não com o intuito de a esse nível interromper a marcha, mas para retornar ao fenómeno, explicando-o no seu dinamismo interno e na sua unidade com a essência. A tal ponto que, uma vez conhecida a diferença entre valor de troca e valor, é inclusivamente concebível designar o valor por valor de troca. No ponto 4 da terceira parte do primeiro capítulo de *O Capital*, Marx explicita essa dinâmica nos seguintes termos: «Ao dizermos, no princípio deste capítulo, de uma forma corrente, que a mercadoria é valor de uso e valor de troca, a verdade é que isto, para falar exactamente, é falso. A mercadoria é valor de uso ou objecto de uso e «valor». Ela manifesta-se como esta coisa dupla, que é, logo que o seu valor possui uma forma fenoménica própria – a de valor de troca –, diversa da sua forma natural, e nunca possui essa forma se considerada isoladamente, mas sempre apenas quando numa relação de valor ou de troca com uma segunda mercadoria, de espécie diversa. No entanto, uma vez que o saibamos, aquela maneira de dizer não causa qualquer dano, antes serve de abreviação.», Karl Marx, *O Capital. Crítica da Economia Política*, Livro Primeiro, I, 1, 3, 4, tomo I, p. 59.

<sup>26</sup> Karl Marx, *O Capital. Crítica da Economia Política*, Livro Primeiro, I, 1, 2, tomo I, p. 58.

É importante realçar que, ao contrário do que possa parecer e do que alguns comentadores sustentaram, tomando esta passagem de forma descontextualizada, o trabalho abstracto de que Marx fala, a igualização social dos vários trabalhos concretos numa substância comum, não é um conceito de natureza fisiológica e trans-histórica. Embora na base do trabalho abstracto haja dispêndio fisiológico de nervos, músculos, cérebro, órgãos dos sentidos, etc., o valor, para Marx, não é uma segregação fisiológica, não é uma propriedade natural dos produtos.

Numa altura em que boa parte dos mais qualificados intérpretes europeus de *O Capital* propendia para explicações fisiológicas e naturalistas do valor – portanto, do trabalho abstracto –, foi mais uma vez Isaak Rubin que, com notáveis agudeza analítica e competência hermenêutica, chamou a devida atenção, nomeadamente no capítulo 14 dos seus *Ensaio*<sup>27</sup>, para o carácter *social* da objectividade do valor.

«O trabalho abstracto que Marx estuda – assinala Rubin – não é simplesmente o trabalho socialmente igualizado, é o trabalho socialmente igualizado numa forma específica, característica de uma economia mercantil. No sistema de Marx, o conceito de trabalho abstracto está indissoluvelmente ligado às características fundamentais da economia mercantil»<sup>28</sup>.

A forma social específica que envolve e configura o trabalho plasma-se na forma dos seus produtos; no caso vertente, um trabalho privado, de produtores isolados e independentes – condição da produção mercantil<sup>29</sup> –, que só adquire dimensão social na esfera da troca, no mercado de compra e venda de mercadorias. Estes são, aliás, a base real e o segredo do fetichismo da mercadoria<sup>30</sup> – fenómeno tratado por Marx na quarta parte do primeiro capítulo de *O Capital* –, no âmbito do qual as coisas surgem personificadas e as relações sociais coisificadas.

Efectivamente,

---

<sup>27</sup> Cf. Isaak I. Rubine, *Essais sur la théorie de la valeur de Marx*, 14, pp. 179-209.

<sup>28</sup> «Le travail abstrait que Marx étudie n'est pas simplement du travail socialemente égalisé, c'est du travail socialemente égalisé sous une forme spécifique, caractéristique d'une économie marchande. Dans le système de Marx, le concept de travail abstrait est indissolublement lié aux caractéristiques fondamentales de l'économie marchande.», Isaak I. Rubine, *Essais sur la théorie de la valeur de Marx*, 14, p. 189.

<sup>29</sup> «Os objectos de uso só se tornam mercadorias porque são produtos de trabalhos privados realizados independentemente uns dos outros.», Karl Marx, *O Capital. Crítica da Economia Política*, Livro Primeiro, I, 1, 4, tomo I, p. 88.

<sup>30</sup> Cf. Karl Marx, *O Capital. Crítica da Economia Política*, Livro Primeiro, I, 1, 4, tomo I, pp. 86-100.

«os trabalhos privados só se afirmam, de facto, como membros do trabalho total social através das ligações nas quais a troca permuta os produtos de trabalho e, por intermédio destes, os produtores. Por isso, as ligações sociais dos seus trabalhos privados surgem aos produtores como o que são, i. é., não como relações imediatamente sociais entre as pessoas nos seus próprios trabalhos, mas antes como relações coisasais entre as pessoas e relações sociais entre as coisas.»<sup>31</sup>.

A forma-mercadoria é a célula elementar da sociedade capitalista, a sua determinação mais simples e menos desenvolvida. Mas, pela análise dos seus meandros, e pela detecção da contradição que encerra, verifica-se que não é um monólito<sup>32</sup>. Contém em gérmen a forma-dinheiro e, por via da circulação, o ponto de partida do capital.

Conhecer e compreender o modo de produção capitalista exige conhecer e compreender a *forma-mercadoria*, a *forma-valor* do produto do trabalho. Porém, este é ainda o nível mais superficial: o da circulação, onde vigora a lei da oferta e da procura e onde todos os agentes se enfrentam em igualdade de circunstâncias, ora como vendedores, ora como compradores<sup>33</sup>.

A análise precisa de escavar mais fundo. Mantendo os adquiridos alcançados, do *ser* (ou de um *fenómeno* de primeiro nível) precisa de passar à *essência*. Da *circulação* de mercadorias, precisa agora de chegar à *produção* do ser social. É o que Marx fará, da Terceira à Oitava Secção do Livro Primeiro de *O Capital*, com a análise da mais-valia.

Dados os limites que estabelecemos para este conjunto de reflexões – o primeiro capítulo de *O Capital* – não entraremos nessa análise. No entanto, para que a noção da passagem da exposição a um patamar mais fundo da realidade económica fique registada, transcrevemos aqui, apesar de longas, três sugestivas passagens do final do quarto capítulo (Segunda Secção) de *O Capital*:

---

<sup>31</sup> Karl Marx, *O Capital. Crítica da Economia Política*, Livro Primeiro, I, 1, 4, tomo I, pp. 88-89.

<sup>32</sup> Em duas frases de recorte irónico, Marx expressa-se nos seguintes moldes sobre o assunto: «À primeira vista uma mercadoria parece uma coisa evidente, trivial. A sua análise mostra que é uma coisa muito retorcida, cheia de subtilidade metafísica e de extravagâncias teológicas.», Karl Marx, *O Capital. Crítica da Economia Política*, Livro Primeiro, I, 1, 4, tomo I, p. 88.

<sup>33</sup> A conhecida – nomeadamente por via da obra de Manuel Castells – metáfora da rede refere-se a este patamar da circulação, isto é, ao mercado. Se é verdade que ela capta dinâmicas reais, também é verdade que, regra geral, não opera o trânsito do fenómeno à essência, impedindo dessa forma que a *produção do ser social* seja trazido à luz em detrimento de uma absolutização da *circulação*.



«Deixamos, pois, esta esfera ruidosa [a esfera da circulação], que mora à superfície e é acessível a todos os olhos, juntamente com o possuidor de dinheiro e o possuidor da força de trabalho, para seguir a ambos até ao lugar oculto da produção, em cuja entrada se pode ler: *No admittance except on business*. Aqui mostrar-se-á não apenas como o capital produz, mas também como se produz ele próprio, o capital. O segredo da negociata [*Plusmacherei*] tem de ser finalmente revelado.».

Ora,

«A esfera da circulação ou da troca de mercadorias, dentro de cujos limites se move a compra e a venda de força de trabalho, era de facto um verdadeiro Éden dos direitos humanos inatos. O que aí impera somente é liberdade, igualdade, propriedade e Bentham [...]».

Assim,

«Ao separar-se desta esfera da circulação simples ou da troca de mercadorias, à qual o livre-cambista *vulgaris* vai buscar concepções, conceitos e padrão para o seu juízo sobre a sociedade do capital e do trabalho assalariado, algo se transforma já – ao que parece – na fisionomia da nossa *dramatis personae*. O antigo possuidor de dinheiro marcha à frente como capitalista, o possuidor de força de trabalho segue-o como seu operário, um significativamente sorridente e zeloso pelo negócio, o outro tímido, contrariado, como alguém que levou a sua própria pele ao mercado e agora nada mais tem a esperar senão – ser esfolado.»<sup>34</sup>.

A lei da oferta e da procura explica, sem dúvida, um conjunto relevante de fenómenos económicos da esfera mais superficial da *circulação*. Mas esses fenómenos, por um lado, estão subsumidos na lei do valor e, por outro lado, estão enraizados no patamar fundo da produção do capital, onde a lei da mais-valia vigora.

Se aquilo que se procura é uma compreensão cientificamente fundada dos mecanismos económicos do sistema, e não apenas uma colecta de factos discretos, por mais exhaustiva que seja, então é necessário ir além da aparência dos fenómenos. Não só para compreender o vínculo objectivo entre o fenómeno e a essência, mas, no seu âmbito e através de mediações diversas, o próprio grau de autonomia relativa de que goza o fenómeno, ao ponto de poder manifestar-se num sentido contrário ao da essência.

---

<sup>34</sup> Karl Marx, *O Capital. Crítica da Economia Política*, Livro Primeiro, II, 4, 3, tomo I, pp. 203-204.

No plano científico, esta é a linha que separa a economia política clássica daquilo a que Marx chamava «economia vulgar», ou «economia apologética».

Adam Smith, por exemplo, convictamente empenhado no triunfo do novo mundo que estava a nascer diante dos seus olhos, quis perceber, com escrúpulo científico, a origem do lucro. Numa sociedade em que a forma da riqueza já não era por excelência a terra e o património imobiliário, mas o dinheiro; numa economia cujo sector mais dinâmico começava a ser a indústria nascente a não a agricultura, Adam Smith procurou compreender como é que, partindo-se de uma determinada soma de dinheiro, lançada na produção, se obtinha, no fim do circuito, depois da venda, uma soma maior. Para explicar esta realidade, a malha superficial do mercado não era manifestamente suficiente; o lucro não se cria na venda, realiza-se na venda. Onde, a necessidade científica de ir mais fundo, de romper com o mercantilismo e de investigar o valor e a sua natureza. É assim que, em *Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations*, publicado em 1776, Adam Smith, mesmo identificando-se com o novo sistema económico em maturação, não se entrega à sua idealização acrítica<sup>35</sup>: radicando a investigação na teoria do valor, e proporcionando avanços significativos na sua compreensão, detecta traços fundamentais da dinâmica do capitalismo e revela algumas das suas contradições.

Atitude diferente tem a apologética.

Nos escombros da economia política clássica, a apologética ergue o edifício da «economia» («economics»), assim chamada desde a publicação, em 1890, dos *Principles of Economics*, de Alfred Marshall. Torna-se numa disciplina especializada ligada à gestão e não analisa nem o valor, nem o trabalho, nem a produção, mas a circulação, a microeconomia e modelos econométricos.

Por tudo isto, não pode causar admiração que a apologética, ou «economia vulgar», se instale na epiderme dos processos, insista em nunca de lá sair (fixando-se em temas como os preços, o marketing, as taxas de juro e afins) e decrete, com solenidade, que «em economia política acima de tudo não é permitido pensar.»<sup>36</sup>.

---

<sup>35</sup> A ideia de que as crises do capitalismo desapareceriam no futuro, assim como as gritantes desigualdades sociais em rápido desenvolvimento, devido à acção orientadora de uma «mão invisível», uma espécie de harmonia pré-estabelecida de matriz leibniziana, encerra, sem dúvida, ilusões e extrapolações não-científicas. Mas não se trata de uma idealização, nem de apagar as contradições internas do sistema económico em nome do seu embelezamento. Aliás, a solução da «mão invisível» tem na base essas contradições; como tal, não as esconde. Ao contrário, eleva-as à compreensão do leitor.

<sup>36</sup> «[...] als daß man in der politischen Ökonomie überhaupt nicht denken darf!», Karl Marx, *Brief an Ludwig Kugelmann in Hannover, 11 Juli 1868*, MEW, vol. 32, p. 554.

Na verdade, por motivos políticos que não serão difíceis de reconhecer, a redução do real ao fenoménico é o muro com que a «economia vulgar» auto-limita o seu edifício doutrinário e promove o abandono da procura de um conhecimento cientificamente alicerçado:

«o economista vulgar crê que faz uma grande descoberta quando, ao aparecerem as conexões internas, proclama que as coisas têm, no fenómeno, outro aspecto. De facto, ele proclama que se atém à aparência, e que a considera como algo de último. Então para quê uma ciência?»<sup>37</sup>.

Os próprios impasses da economia política clássica acabam por proporcionar «à economia vulgar uma base de operação segura para a sua principal superficialidade que apenas preiteia a aparência»<sup>38</sup>.

Absolutizada a aparência, renúncia do legado racional das Luzes, abandono da ciência e apologética, andando de mãos dadas, formam um programa teórico-político conjuntado e indissociável.

#### 4. Em torno da lei do valor na actualidade

Na altura em que falámos do valor de uso da mercadoria como conjunto de propriedades que satisfaz necessidades sociais, acrescentámos que, para Marx, em nada a questão se alterava pelo facto dessas necessidades surgirem do «estômago ou da fantasia». Reputámos essa precisão avançada por Marx de extremamente importante e anunciámos que a ela voltaríamos.

É o momento de o fazermos.

Nas duas últimas décadas, desenhou-se uma tendência – teoricamente sólida e composta por alguns pensadores bastante qualificados – que viram no advento do que

---

<sup>37</sup> «Und dann glaubt der Vulgäre eine große Entdeckung zu machen, wenn er der Enthüllung des inneren Zusammenhangs gegenüber drauf pocht, daß die Sachen in der Erscheinung anders aussehn. In der Tat, er pocht drauf, daß er an dem Schein festhält und ihn als Letztes nimmt. Wozu dann überhaupt eine Wissenschaft?», Karl Marx, *Brief an Ludwig Kugelmann in Hannover, 11 Juli 1868*, MEW, vol. 32, p. 553.

<sup>38</sup> Karl Marx, *O Capital. Crítica da Economia Política*, Livro Primeiro, VI, 17, tomo II, p. 611. É a este respeito, e neste quadro específico, que um brevíssimo e bem mordaz apontamento de Armando Castro ganha o seu real alcance: «o capitalismo não se interessa pela origem do lucro, mas pelo seu aumento.», Armando Castro, *Lições de Economia*, XII, Lisboa, Editorial Caminho, 1982, 1, p. 121.

apelidaram de «trabalho imaterial», ou «trabalho cognitivo», o início da «crise do valor».

No quadro dos objectivos despretensiosos deste trabalho, não pretendemos fazer aqui a genealogia remota de tal tendência. Identificaremos, pois, por concisão, mas não de forma arbitrária, no filósofo austro-francês André Gorz o seu pólo mais destacado dos finais do século XX e inícios do século XXI; pólo a partir do qual dimanaram a matriz e as linhas mais marcantes das diversas teorizações posteriores sobre o «imaterial». As teorias do «fim do trabalho», desenvolvidas por Robert Kurz e pelo Grupo Krisis, inscrevem-se também, a seu modo, neste terreno.

Em termos muito resumidos, a tese central que André Gorz sustenta é a de que o «conhecimento» (ou o «imaterial»), produzido pelo «trabalho cognitivo», já não é uma mercadoria. Como tal, não contém valor e não se regula pela lei do valor, ao contrário do que acontecia com os produtos resultantes do «trabalho material» da era industrial.

De acordo com André Gorz, o «imaterial» teria dado início à «crise do valor» porque medir o trabalho complexo («cálculo matemático», «retórica», «pesquisa técnico-científica», «invenção de normas estéticas»<sup>39</sup>) embutido num produto «imaterial» seria impraticável face à inexistência de uma substância social comum: o trabalho (que Gorz qualifica de «simples»), o valor. Assim, a «crise da medição» do valor seria não tanto um sinal da «crise do valor», mas a sua própria causa.

Nas palavras de André Gorz:

«A crise da medição do trabalho engendra inevitavelmente a crise da medição do valor. Quando o tempo socialmente necessário a uma produção se torna incerto, essa incerteza não pode deixar de se repercutir sobre o valor de troca do que é produzido. O carácter cada vez mais qualitativo, cada vez menos mensurável do trabalho, põe em crise a pertinência das noções de "sobretalho" e de "sobrevale". A crise da medição do valor põe em crise a definição da essência do valor. Ela põe em crise, por consequência, o sistema das equivalências que regula as trocas comerciais.»<sup>40</sup>.

Podemos passar por cima do facto de nem o Facebook, nem o Youtube, nem o Instagram, por exemplo, terem problemas nesta mensuração, traduzida, aliás, em unidades monetárias bem precisas nas suas contas anuais; podemos ainda deixar de lado a circunstância de todas estas empresas desenvolverem uma luta tenaz pela diminuição

---

<sup>39</sup> Cf. André Gorz, *O imaterial: conhecimento, valor e capital* (2003), II, 1, São Paulo, Annablume, 2005 (doravante: *O imaterial: conhecimento, valor e capital*), p. 29.

<sup>40</sup> André Gorz, *O imaterial: conhecimento, valor e capital*, II, 1, p. 30.

do tempo médio de trabalho socialmente necessário incorporado em cada mercadoria que produzem, tendo em vista o abaixamento de preços, a eliminação de concorrentes e a conquista de mercados, ou a manutenção dos preços praticados e a obtenção de lucros extra, e confirmando assim a vigência de mecanismos básicos e fundamentais da lei do valor. Embora não estejamos perante elementos picarescos, ou sem importância, cremos que o essencial daquilo que consideramos problemático na argumentação de Gorz não passa primordialmente por aí.

A nosso ver, toda a argumentação de André Gorz gira em torno de um eixo: a errada identificação entre mercadoria e «objectos materiais». O próprio equívoco de pôr no lugar da substância do valor a magnitude do valor não deixa de gravitar em seu redor.

Ora, a extrema importância do apontamento de Marx – relembremo-lo aqui: «a natureza dessas necessidades, quer surjam, p. ex., do estômago ou da fantasia, em nada modifica a questão» – reside precisamente na chamada de atenção para o facto de a mercadoria ser uma *forma* social que qualquer produto, material ou «imaterial», que satisfaça necessidades humanas pode adquirir numa economia capitalista.

Com efeito, pode considerar-se notável que Marx não tenha associado a mercadoria a nenhum produto em particular, nem a nenhum material em especial, numa altura em que a lei do valor estava ainda bem longe de penetrar esferas como a cultura, o lazer, os serviços, etc.. No mesmo movimento, não menos notável foi ter descoberto no mundo potencialmente infinito das mercadorias a força de trabalho (que não deve confundir-se com o trabalho).

Não se trata aqui, naturalmente, de contrapor Gorz a Marx de um ponto de vista puramente exegético. Não é nem a exegese hermenêutica, nem o peso e a autoridade dos autores que estão em jogo, mas a realidade objectiva e a sua inteligibilidade. O apontamento de Marx é importante porque detecta uma *tendência* que se tem vindo a desenvolver (a ampliar e a aprofundar) e sem a compreensão da qual se torna difícil, do nosso ponto de vista, apreender os próprios fenómenos que André Gorz teve o mérito de assinalar e de pensar.

No mundo actual, os produtos ideais que os *think tanks* vendem aos seus contratantes são mercadorias, como mercadorias são as campanhas eleitorais encomendadas a gabinetes de especialistas, os serviços de descontos proporcionados a turistas pela adesão a pacotes de iniciativas culturais, as *performances* que têm lugar nas praças de muitas cidades. Podíamos multiplicar os exemplos por áreas as mais diversas.

Em dado momento do primeiro capítulo da Primeira Secção do Livro Segundo de *O Capital*, Karl Marx analisa as particularidades da indústria de transportes. À partida, poder-se-ia pensar que o assunto não tem qualquer relação com o que estamos a tratar. Atentemos, contudo, na seguinte passagem, e vejamos como nos pode ajudar a tornar mais nítidos os contornos do problema:

«Mas o que a indústria de transportes vende é a própria mudança de lugar. O efeito útil produzido está inseparavelmente ligado ao processo de transporte, i. é., ao processo de produção da indústria de transportes. Seres humanos e mercadorias viajam com o meio de transporte, e a sua viagem, o seu movimento de local, é precisamente o processo de produção por ele operado. O efeito útil só é consumível durante o processo de produção, não existe como coisa de uso diversa deste processo que só depois da sua produção funcione como artigo comercial, circule como mercadoria. Mas o valor de troca deste efeito útil é determinado, tal como o de qualquer outra mercadoria, pelo valor dos elementos de produção nele consumidos (força de trabalho e meios de produção) plus a mais-valia que foi criada pelo sobretrabalho dos operários ocupados na indústria dos transportes. Também em ligação com o seu consumo, este efeito útil se comporta totalmente como quaisquer outras mercadorias. Se é consumido individualmente, então o seu valor desaparece com o consumo; se é consumido produtivamente, de tal modo que ele próprio é um estágio de produção da mercadoria que se encontra em transporte, então o seu valor é transferido para a própria mercadoria como valor suplementar»<sup>41</sup>.

No sentido em que não é uma «coisa» que se destaque do processo produtivo como seu resultado, o transporte não tem a configuração habitual de uma mercadoria. Mas no sentido amplo de que é um valor de uso susceptível de receber a forma social do valor (e da mais-valia) é uma mercadoria como qualquer outra.

Para nos situarmos na importante discussão proporcionada pelas questões levantadas por Gorz, vejamos também o que acontece com a publicidade.

Em épocas passadas, a publicidade que acompanhava o lançamento de uma mercadoria no mercado representava um custo que transitava para o valor do produto e muitas vezes o serviço era prestado por profissionais pertencentes aos quadros das empresas. Tecnicamente, a publicidade não era um trabalho produtivo – no sentido em que não criava mais-valia –, mas apenas participava nas condições que permitiam a realização da mais-valia.

Hoje, há empresas dedicadas exclusivamente a serviços de publicidade. Para quem lança no mercado uma mercadoria, a contratação desse serviço representa apenas

---

<sup>41</sup> Karl Marx, *O Capital. Crítica da Economia Política*, Livro Segundo, I, 1, IV, tomo IV, p. 65.

um custo (embora importante para criar condições de realização da mais-valia); já para a empresa que vende o serviço, a publicidade é uma mercadoria e produz mais-valia.

O capitalismo consegue transformar tudo em mercadoria, porque é ela que incorpora mais-valia, motivo impulsionador do sistema. E portanto a lei do valor, em vez de se retrair e de entrar em «crise» com o advento do «imaterial», como defende André Gorz, vai-se, ao contrário, expandindo, amadurecendo e abrindo novos ramos de investimento e de colocação de capitais. É o que acontece com os serviços, com a cultura, com o lazer, etc.. No capitalismo, o sector produtivo é o sector que *produz capital*, a despeito dos valores de uso serem óleo, bolachas, camisolas, programas informáticos ou mensagens publicitárias.

Dito isto, e sob pena de se perderem de vista articulações decisivas do problema, é necessário ter em conta três aspectos interligados envolvidos na questão: as *novas formas de materialidade*, e não a «imaterialidade», de algumas mercadorias; simultaneamente, o conteúdo inegavelmente *ideal*, e não material, das mercadorias «espirituais»; o facto de não haver na venda, no sector comercial do capital, criação de mais-valia, mas apenas realização. A malha é enovelada e contraditória, mas querer rasurá-la de forma artificial para contornar os problemas e não os enfrentar não será, porventura, a melhor solução.

Consideremos, pois, cada um dos três aspectos.

Quanto ao primeiro, é bom começar por fazer notar que aquilo a que André Gorz chamou «imaterial», ou «conhecimento», não nasce do vazio e não opera no vácuo, sem condições materiais de envolvimento, de suporte e de produção.

Um festival de música, por exemplo, implica a existência – e, portanto, o fabrico (que, já agora, também envolve «conhecimento») – de instrumentos musicais, não menos que a de uma sofisticada logística de transmissão, sem a qual o público do recinto não pode usufruir esteticamente dos sons musicais. Semelhante aparato técnico é igualmente imprescindível se o festival passar em directo numa rádio ou numa televisão, ou se for gravado, editado e vendido num suporte audiovisual. Até ao prazer estético sentido pelo ouvinte durante a execução de uma música, a cadeia de mediações materiais é enorme; desatendê-la, só pode conduzir a uma mistificação do problema.

Enviar uma mensagem de correio electrónico de um continente para outro, ou fazer uma compra on-line, implica a existência de complexos sistemas de telecomunicações, de computadores, microprocessadores e programas informáticos, de tecnologias wireless – e, portanto, implica o seu fabrico. Mais uma vez, pretender

apagar as mediações aqui envolvidas, só poderá levar a uma descaracterização do problema.

A materialidade não se esfumou; há *é novas formas de materialidade*. Aliás, tal como na física: o bóson não é menos material do que o átomo. Ir além do átomo não foi um esfumar-se da matéria, mas um seu conhecimento mais profundo.

O que fazem os idealismos na filosofia, desvincular a consciência da materialidade, fazem as correntes que absolutizam o «imaterial» na economia.

Para um materialismo consequente, no entanto – e com isto entramos no segundo aspecto –, a consciência tem condições, está enraizada na materialidade, nunca dela se desprende, mas não é a própria materialidade. Sem perder a unidade com ela, não deixando de ser a consciência *do* ser, é algo de outro.

O mesmo acontece com as mercadorias espirituais. Adoptar um ponto de vista idealista, considerando-as apartadas da sua génese material, desvinculadas dos processos de trabalho (interacção entre o ser humano e a Natureza) que são a sua condição, seria, como vimos, desvirtuar o problema. Tal não pode significar, entretanto, porque não seria menos grave, perder de vista que o valor de uso de um parecer jurídico ou de um poema não reside no suporte material de cada um: a folha de papel, o livro impresso, ou o software que os torna aptos a serem lidos num computador ou num tablet. O valor de uso de ambos tem um conteúdo *ideal*, visa satisfazer necessidades humanas *ideais*. Passa-se coisa idêntica com uma ópera ou com um filme, nos quais a componente de capital constante é significativa.

Serviços como o ensino, a saúde ou a publicidade tornaram-se sectores mercantis, ou melhor, áreas de produção do capital. Ora, uma aula não é um serviço que meramente realize a mais-valia incorporada nas mesas da sala de aula, nas cadeiras, no quadro e no edifício. Sendo, no ensino privado, uma mercadoria como qualquer outra, a aula tem um valor de uso diferente do das mesas e das cadeiras.

Em suma: os produtos espirituais, as mercadorias espirituais, não nascem do nada e não flutuam no ar. O seu valor de uso, porém, não é da mesma natureza, porque atende a necessidades humanas de outro tipo, do valor de uso de um pão.

O facto de haver serviços que produzem mercadorias espirituais não significa, entretanto, que entre a produção e a circulação do capital tenha passado a subsistir uma indistinção niveladora, isto é, que tudo seja produção, inclusive o sector comercial. Este é o terceiro aspecto.



Efectivamente, uma coisa são os serviços que produzem mercadorias, como vimos. Outra, bem diferente, é o sector comercial, em geral, cujos serviços não *produzem* nenhuma mais-valia; operam, antes, a metamorfose do capital-mercadoria (embutido com mais-valia) criado na produção em capital dinheiro (embutido com mais-valia), isto é, *realizam*, na venda, a mais-valia criada na produção.

O que sucede no sector comercial é uma disputa com o capital industrial pela partilha da mais-valia criada no âmbito deste. Disputa que ganharia desdobramentos e mais um protagonista, o capital financeiro, se o capital-dinheiro transformado em capital produtivo no início do processo tivesse sido bombeado do sector financeiro como empréstimo.

Finalmente, ao considerarmos que o «imaterial» não escapa, ao contrário do que defende André Gorz, aos mecanismos da lei do valor, não o fazemos a partir das posições de Anselm Jappe, que igualmente não acompanhamos, de que o valor seria uma estrutura *a priori*.

Com efeito, numa obra de 2003 que se tornou famosa e que pretendeu causar sensação ao apresentar-se ao mundo com o objectivo expresso de anunciar a boa nova, finalmente arrancada dos tortuosos e labirínticos mistérios de um Marx «esotérico» (por contraponto a um seu duplo «exotérico»)<sup>42</sup>, Anselm Jappe ensaia toda uma estratégica manobra de conversão do valor em forma social *a priori*.

Agregando Émile Durkheim, Marcel Mauss, o jovem Lukács de *Geschichte und Klassenbewusstsein*, Isaak Rubin, Sohn-Rethel, Adorno e Hans-Jürgen Krahel, o vistoso, multicolorido e altamente «engenhoso» *pot-pourri* criado por Anselm Jappe, em nome da interpretação autêntica de um Marx «escondido», resulta, no fim de contas, nisto:

«O valor é uma forma *a priori*, em sentido kantiano, porque toda a objectividade se manifesta através dele: é uma retícula de que o indivíduo não tem consciência, mas que é preliminar a toda a percepção e lhe constitui os objectos. O *a priori* kantiano é uma ontologização e individualização não

---

<sup>42</sup> «[...] podemos distinguir duas tendências na obra de Marx, ou eventualmente falar de um *duplo Marx*: por um lado, o Marx «exotérico», que toda a gente conhece, o teorizador da modernização, o «dissidente do liberalismo político» (Kurz), um representante das Luzes que queria aperfeiçoar a sociedade industrial do trabalho sob a direcção do proletariado; por outro lado, um Marx «esotérico» cuja crítica das categorias de base – difícil de compreender – visa mais além do que a civilização capitalista.», Anselm Jappe, *As Aventuras da Mercadoria – Para uma nova crítica do valor* (2003), 1, Lisboa, Antígona, 2006 (doravante: *As Aventuras da Mercadoria*), p. 10; para o contexto de fundo da distinção, cf., particularmente, 1, pp. 5-22.

histórica do valor que, na sociedade moderna, é o verdadeiro *a priori*, mas um *a priori* social, não natural.»<sup>43</sup>.

Nesta concepção do valor como esquema *a priori*<sup>44</sup>, Jappe apaga as premissas históricas em que o valor se inscreve, faz desaparecer o conjunto de relações dialécticas em que ele ganha funcionalidade<sup>45</sup>, e transforma-o numa estrutura «social» abstracta, todo-poderosa, que, sendo absolutamente independente em relação aos indivíduos, move-se por si, abate-se sobre eles, domina-os por inteiro e dita-lhes, sem a mínima possibilidade do seu concurso, as acções, a consciência e os sentimentos.

Está fora de questão que a acção social dos indivíduos na história – como, aliás, Marx não se cansou de sublinhar – se dá sempre, não no vazio, mas num quadro social determinado<sup>46</sup>; é certo que o pensar e o sentir se relacionam não apenas com a textura social imediata na qual se encontram enraizados, mas também com as ideias de gerações anteriores que os grupos sociais seleccionam, valorizam e transmitem<sup>47</sup>; não oferece objecções a circunstância de o movimento histórico de concentração e de centralização

---

<sup>43</sup> Anselm Jappe, *As Aventuras da Mercadoria*, 4, nota 32, p. 170.

<sup>44</sup> «O valor é um esquema de que os sujeitos não têm consciência porque se apresenta como sendo «natural», e não como algo de historicamente determinado.», Anselm Jappe, *As Aventuras da Mercadoria*, 4, p. 159.

<sup>45</sup> O valor não é, com efeito, um *prius* do capitalismo. Ele actua num quadro, historicamente constituído, de divisão social, económica e política entre trabalho assalariado e capital. Ele desenrola-se num quadro económico de empresas capitalistas autónomas que apenas se relacionam por intermédio do *mercado*. É pois nesse contexto que, como já vimos, «todo o trabalho é, por um lado, dispêndio de força de trabalho humana no sentido fisiológico, e nesta qualidade de trabalho humano igual ou trabalho humano em abstracto ele forma o valor das mercadorias. Todo o trabalho é, por outro lado, dispêndio de força de trabalho humana de uma forma particular e com um fim determinado, e nesta qualidade de trabalho útil concreto produz valores de uso.», Karl Marx, *O Capital. Crítica da Economia Política*, Livro Primeiro, I, 1, 2, tomo I, p. 58.

<sup>46</sup> «Os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem segundo a sua livre vontade, em circunstâncias escolhidas por eles próprios, mas nas circunstâncias imediatamente encontradas, dadas e transmitidas.», Karl Marx, *O 18 de Brumário de Louis Bonaparte* (1852), I, OE, tomo 1, p. 417. Numa carta a Pavel Annenkov, datada de Dezembro de 1846, Marx houvera já acentuado esta perspectiva: «(...) os homens não são livres árbitros das *suas forças produtivas* – as quais são a base de toda a sua história – pois toda a força produtiva é uma força adquirida, o produto de uma actividade anterior.», Karl Marx, *Carta a Pavel V. Annenkov em Paris, 28 de Dezembro de 1846*, OE, tomo 1, p. 545.

<sup>47</sup> «A tradição de todas as gerações mortas pesa sobre o cérebro dos vivos como um pesadelo. E mesmo quando estes parecem ocupados a revolucionar-se, a si e às coisas, mesmo a criar algo de ainda não existente, é precisamente nestas épocas de crise revolucionária que escondem temerosamente em seu auxílio os espíritos do passado, tomam emprestados os seus nomes, as suas palavras de ordem de combate, a sua roupagem, para com este disfarce de velhice venerável e esta linguagem emprestada, representar a nova cena da história universal.», Karl Marx, *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*, I, OE, tomo 1, 417.

do capital, com a formação de mega-empresas transnacionais comandadas por um punhado de *rentiers*, ter acarretado como consequência social de monta o insuflar alargado de sentimentos de impotência, de fatalidade e de castração do exercício criativo da individualidade<sup>48</sup>; é verdade que, no capitalismo, o valor é como que uma «substância em processo»<sup>49</sup>, visto que o capital é valor que se valoriza e que o valor de uso das mercadorias é apenas um meio de autovalorizar o valor, meio onde a mais-valia, finalidade e motivo impulsionador do sistema, é coagulada e transportada<sup>50</sup>.

Mas o que estes aspectos, tomados isoladamente ou considerados em conjunto, não autorizam de nenhum modo é que deles se parta para uma *formalização* do todo, tornando-o assim uma entidade imutável e considerando-o nos termos de uma *anterioridade* e de uma *dominação absoluta* sobre as partes<sup>51</sup>. Contudo, é isso exactamente que, de forma metafísica, faz Anselm Jappe, para quem de um lado estão as partes, simples marionetas, e do outro está o todo, mestre onipotente e inacessível que mexe todos os cordelinhos.

Desenvolvida com base noutras preocupações, e segundo vias diferentes, a verdade é que a concepção de *totalidade* de Anselm Jappe, no fundamental, acaba por não divergir da de Kant. O desejo declarado de «historicizar» o transcendentalismo nunca foi, em sentido próprio, sair dele, nunca visou beliscar minimamente a estrutura *a priori* da totalidade: ofereceu-lhe apenas, através de uma transfiguração da forma valor,

---

<sup>48</sup> Talvez não seja por acaso que o estruturalismo tenha surgido justamente na época dos grandes impérios económicos internacionais, organizados, de resto, com o auxílio de imponentes aparelhos burocráticos de unificação e coordenação dos seus interesses.

<sup>49</sup> Cf. Karl Marx, *O Capital. Crítica da Economia Política*, Livro Primeiro, II, 4, 1, tomo I, p. 180.

<sup>50</sup> «De facto, porém, o valor torna-se aqui [no processo de circuito Dinheiro-Mercadoria-Dinheiro] o sujeito de um processo em que ele, com a constante troca das formas de dinheiro e mercadoria, modifica a sua própria magnitude —, enquanto mais-valia afasta-se de si mesmo como valor originário, valoriza-se a si mesmo. Pois o movimento em que ele agrega mais-valia é seu movimento próprio, e a sua valorização, portanto, autovalorização. Ele adquiriu a qualidade oculta de pôr valor, porque ele é valor. Ele dá à luz crias vivas ou, no mínimo, põe ovos de ouro.», Karl Marx, *O Capital. Crítica da Economia Política*, Livro Primeiro, II, 4, 1, tomo I, pp. 179-180.

<sup>51</sup> A terceira tese «ad Feuerbach» releva uma dialéctica de acção e retroacção entre os homens e as circunstâncias que, a este respeito, interessa ter presente como perspectiva de fundo: «A doutrina materialista [velha, metafísica, não-dialéctica] de que os seres humanos são produtos das circunstâncias e da educação, [de que] seres humanos transformados são portanto produtos de outras circunstâncias e de uma educação mudada, esquece que as circunstâncias são transformadas precisamente pelos seres humanos e que o educador tem ele próprio de ser educado. Ela acaba, por isso, necessariamente, por separar a sociedade em duas partes, uma das quais fica elevada acima da sociedade. (P. ex., em Robert Owen.) A coincidência do mudar das circunstâncias e da actividade humana só pode ser tomada e racionalmente entendida como *práxis revolucionante*.», Karl Marx, *Teses sobre Feuerbach*, Terceira Tese, OE, tomo 1, p. 2.

um cunho distinto, «social» (como de alguma maneira também já acontecia com o estruturalismo de Claude Lévi-Strauss). A totalidade continuou, pois, perspectivada enquanto todo formal, abstractamente fechado e afastado das partes.

Tanto André Gorz como Anselm Jappe lançam questões relevantes e trabalham problemas reais. Estamos em crer, porém, que procurar resolvê-los exigirá seguir uma orientação porventura distinta da que propuseram, sem, no entanto, abdicar do pavimento que assentaram para outros poderem caminhar.